



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



CRENCIAMENTO Nº 09/2025

O **MUNICÍPIO DE ALTEROSA**, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Praça Getúlio Vargas, nº 310, Centro, Alterosa, Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.243.238/0001-03, por intermédio do Prefeito Municipal, **Marcelo Nunes de Souza**, da Agente de Contratação e sua respectiva Equipe de Apoio designada pela Portaria nº 10, de 02 de Janeiro de 2025 e através da motivação pela Secretaria Municipal, torna público a abertura do **Processo Administrativo nº 176/2025**, na modalidade de **Inexigibilidade de Licitação nº 94/2025**, **Credenciamento nº 09/2025**, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, artigos 74 e 79 e seus incisos e pelas demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

O Credenciamento será regido na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, Decreto Municipal de nº 421/2024, "Que regulamenta a modalidade Credenciamento no âmbito de Alterosa/MG".

A utilização da forma presencial da modalidade Credenciamento se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei nº 14.133/2021 dá um prazo maior de 06 (seis) anos para os municípios de até 20.000 (vinte mil) habitantes, contados da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

***II – da obrigatoriedade de realização da licitação
sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º
do art. 17 desta Lei;***

Além da previsão constante na Legislação Federal, o Decreto Municipal de nº 421/2024, que regulamenta os procedimentos a serem realizados com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, estabelece no Art. 115. *Quando a licitação for realizada de forma presencial, a sessão deverá ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, sendo a gravação juntada aos autos do processo licitatório pertinente*, consoante disposição expressa no art. 176 da citada lei desde que justificada no edital e suas disposições preliminares (...)

A Lei Federal nº 14.133/2021, (art. 17), assim como o Decreto Municipal de nº 421/2024, (art. 1º § 3º) diz que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo cujo arquivo será acostado ao processo administrativo.

O edital de Credenciamento em liça segue o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Carta de Credenciamento;
- b) Anexo II – Declaração (cumprimento do art.7º, inciso XXXIII da CF);
- c) Anexo III – Modelo de Declaração de Nepotismo no âmbito da Administração Pública;
- d) Anexo IV – Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;
- e) Anexo V – Minuta do Contrato;
- f) Anexo VI – Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



01 - OBJETO DO CREDENCIAMENTO

- 1.1. - O presente edital tem como objetivo o **CREDENCIAMENTO** DE PESSOAS JURÍDICAS QUE EXECUTAM ALVENARIAS EM TIJOLOS, BLOCOS OU PEDRAS, ALÉM DE UNIDADES HABITACIONAIS, conforme quantidades estimadas constantes do anexo VI.
- 1.2. - O CREDENCIAMENTO será realizado com base valor em empreitada global.
- 1.3. - Serão Credenciados pessoas jurídicas, na condição de MEI – Microempreendedores Individuais que tenham atividades de pedreiro.
- 1.4. - Em se tratando de empresas MEI terão tratamento jurídico diferenciado conforme previsão na lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e da lei 128/2008.

OBSERVAÇÕES:

- a) - Os serviços deverão ser executados conforme as condições fixadas no Termo de Referencia (Anexo VI);
- b) - Os materiais serão fornecidos pela Administração Pública Municipal, para a execução das atividades do serviço, exceto ferramentas e equipamentos como: betoneira, colher de pedreiro, desempenadeiras, trena, régua, esquadro, prumo de parede, carrinho de mão, sendo que estes materiais deverão ser providenciados pelo próprio credenciado a medida de sua necessidade. Quanto ao restante do material necessário ao serviço, disponibilizado pela Administração, o credenciado se responsabilizará pelo correto uso e a aplicação adequada. O Servente ficará por conta do Credenciado;
- c) - Os serviços contratados deverão ser executados no prazo estipulado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, para cada Unidade Habitacional, de acordo com a demanda e necessidade dos Municípes a serem contemplados;
- d) - Os serviços deverão ser prestados a partir da assinatura do contrato;
- e) - De forma alguma o contrato virá a criar vínculo empregatício, sendo o(a) CONTRATADO(A) responsável por todos os encargos e impostos que virem a incidir sobre o valor deste contrato.

02 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RESPECTIVO ELEMENTO DE DESPESA

- 2.1. - As Dotações Orçamentárias destinadas ao pagamento dos objetos licitados são as previstas na Lei Orçamentária Anual de 2025:

02.008 - EXECUTIVO / SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO E HABITAÇÃO
1018 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
16.482 - Habitação / Habitação Urbana
2.081 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE HABITAÇÃO
514 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



03 - RECEB. E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO

- 3.1. - A documentação necessária a habilitação do credenciamento (item 04 do Edital) deverão ser colocados em **envelopes separados, indevassáveis, sob pena de desqualificação, sendo identificados da seguinte forma:**

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
CIDADE:
CEP:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 94/2025
CREDENCIAMENTO Nº 09/2025
MUNICÍPIO DE ALTEROSA - ESTADO DE MINAS GERAIS
A/C DA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

- 3.2 – Somente serão admitidas a participar deste CREDENCIAMENTO, as pessoas físicas que aceitem as exigências estabelecidas neste edital, inclusive quanto ao preço estipulado.
- 3.3. – **O prazo de recebimento do envelope para credenciamento, será do dia 17/07/2025 a 28/07/2025 até as 11h00min (onze horas), na Sede do Setor de Compras e Licitações, Rua Dom Pedro II, nº 54, Centro, Alterosa/MG – Telefone: (35) 3294-2545.**
- 3.4. – Os envelopes serão recebidos, abertos, analisados, conferidos, verificando as exigências do Edital, pela Comissão Permanente de Licitação, da seguinte forma:

ABERTURA DO ENVELOPE “ DOCUMENTAÇÃO”:
LOCAL: Sede do Setor de Compras e Licitações, Rua Dom Pedro II, nº 54, Centro, Alterosa/MG.
TELEFONE: (35) 3294-2545
DIA: 28/07/2025
HORÁRIO: às 13h00min (treze horas)

- 3.5. – Este Chamamento Público **ficará aberto para futuras contratações**, sendo credenciados inicialmente apenas 03 (três) profissionais, assim, aberto e conferido, após 05 (cinco) dias úteis subsequentes a sua entrega, podendo ser prorrogado por igual período, e divulgado resultado através de Ata, no site da Prefeitura: <https://www.alterosa.mg.gov.br>.
- 3.6 - O MUNICÍPIO DE ALTEROSA não se responsabilizará por envelope “Documentação” que não sejam entregues ao Agente de Contratação designado, no local, data e horários definidos no item 3.3 e 3.4.

04 – DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

- 4.1. - Será exigida para **HABILITAÇÃO** a apresentação dos documentos, com vigência



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



plena até a data fixada para a abertura dos envelopes “Documentação”, conforme segue:

4.1.1. – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA

- 4.1.1.1. – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CMEI), com objeto relacionado ao serviço descrito no presente Termo de Referência; e, ou
- 4.1.1.2. - Contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Títulos e Documentos, onde conste dentro dos seus objetivos a prestação dos serviços indicados neste Termo de Referência;
- 4.1.1.3. – Cópia de Documento de Identidade com fotografia;
- 4.1.1.4. – Cópia de Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- 4.1.1.5. – Comprovante de residência;
- 4.1.1.6. - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 4.1.1.7. – Certidão regularidade para com a Fazenda Estadual;
- 4.1.1.8. - Certidão Negativa de Tributos Municipais ou declaração de sua isenção;
- 4.1.1.9. – Carta de Credenciamento. (**Anexo I**);
- 4.1.1.10. - Comprovante ou Declaração que dá cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, onde proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. (**ANEXO II**);
- 4.1.1.11. – Modelo de Declaração de Nepotismo no âmbito da Administração Pública. (**Anexo III**);
- 4.1.1.12. - Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação. (**Anexo IV**);
- 4.1.1.13. - Apresentar um ou mais Atestados de capacidade Técnica, expedida por pessoas Jurídicas ou Físicas, o qual comprove que o licitante prestou ou está prestando, de forma satisfatória, serviço compatível com o objeto deste Credenciamento, equivalentes em quantidades e características iguais ou superiores;
- 4.2. - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos documentos originais sejam apresentados **na reunião de abertura dos envelopes de habilitação**, para a devida autenticação.
- 4.3. - Os documentos deverão ser apresentados em envelope, **lacrado**, devidamente identificado, **se possível em papel formato A4**.
- 4.5. - No caso de Certidões Negativas que não conste data de validade, serão aceitas com a data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



- 4.6. - Os documentos retirados da Internet terão sua autenticidade certificada junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.
- 4.7. - Os documentos acima mencionados não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.
- 4.8. - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se o original for substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificadas.

05 - DA SESSÃO DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. - Este Chamamento Público ficará aberto para futuras contratações, **dentro do período de sua vigência**, desde que apresentarem as documentações em conformidade com o Edital.
- 5.2. - O prazo de vigência deste Chamamento Público será de **12 (doze) meses**, a contar da data de abertura para o início de credenciamento.
- 5.3. - O envelope a que se refere o item 03 e subitens deste Edital, contendo respectivamente os documentos de credenciamento deverá ser entregue no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Alterosa, situada na Rua Dom Pedro II, nº 54, Centro, Alterosa/MG. Horário de atendimento das 07h00min às 11h00min e 12h30min às 15h30min.
- 5.4. - Os interessados que encaminharem os envelopes de documentações posteriormente à data marcada para abertura dos envelopes (**28/07/2025**), dentro da vigência deste Chamamento Público, serão recebidos, abertos, analisados, conferidos, verificando as exigências do Edital pela Comissão Permanente de Licitação, em até 05 (cinco) dias úteis subsequente à sua entrega, podendo ser prorrogado por igual período.
- 5.5. - Declarado habilitado, serão inseridos imediatamente após o último colocado da lista de credenciamento no sistema de rodízio, observada a ordem cronológica de recebimento de solicitação de credenciamento pela Comissão de Licitação, que deverá ser convocado para trabalhar de acordo com as necessidades de demandas da Prefeitura.
- 5.6. - Os interessados deverão entregar toda a documentação pertinente num único ato, não sendo permitida a entrega fracionada, exceto nos casos previstos neste próprio Edital.

06 - DO SISTEMA DE RODÍZIO

- 6.1. - A contratação será realizada de acordo com a ordem cronológica de recebimento de solicitação de credenciamento pela Comissão de Licitação, assegurando a igualdade de tratamento dividindo os serviços proporcionalmente entre os credenciados, com objetivo de oportunizar a contratação de todos os credenciados no sistema de rodízio.
- 6.2. - Caso o credenciado não iniciar os serviços no prazo estabelecido ou realizar os serviços em desacordo com as exigências da Secretaria Municipal de Assistência Social, será passado a vez para o credenciado seguinte, desta forma não prejudica o



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



desenvolvimento das atividades nem paralisação os serviços em andamento.

- 6.3. - Os credenciados que forem se cadastrando após o período determinado para o rodízio, durante a vigência do credenciamento, serão classificadas no final da fila, sendo que tão somente após o rodízio dos já credenciados é que participarão, e assim sucessivamente, de acordo com a data e horário do protocolo.
- 6.4. - Nenhuma empresa ou profissional que esteja apta a ser credenciado, nos termos deste edital, deixará de participar do rodízio, salvo se finalizada a vigência do credenciamento, ou deixar de existir o interesse na prestação dos serviços do objeto do certame.

07 - DO JULGAMENTO

- 7.1. - O critério de julgamento será por Ordem Cronológica para futuras contratações, garantido os padrões de qualidade no atendimento.
- 7.2. - A Agente de Contratação, juntamente com a comissão de licitação, examinará a aceitabilidade da documentação classificada.
- 7.3. - A Agente de Contratação deverá analisar os documentos apresentados, visando sua originalidade e aceitação, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e / ou de todos meios possíveis para a correspondente verificação.
- 7.4. - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será a proponente declarada credenciada, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 7.5. - Aberto o invólucro "DOCUMENTAÇÃO", em havendo restrição quanto a regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Agente de Contratação.
- 7.6. - Da reunião lavrar-se-á a ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela e pelas proponentes.

08 - DOS RECURSOS

- 8.1. - Os casos omissos ou dúvidas oriundas do presente Edital serão dirimidos pela Comissão de Licitação, no endereço constante deste edital, ou pelo email: compras@alterosa.mg.gov.br, no horário de expediente.
- 8.2. - Caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do ato que decide pelo credenciamento ou não credenciamento.
- 8.3. - Todas as impugnações e recursos somente serão recebidos se protocolados junto à Comissão de Licitação, na Rua Dom Pedro II, nº 54, Centro, Alterosa/MG, a qualquer tempo, na qual deseje se credenciar.
- 8.4. - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal, não protocolizados na Secretaria e ou subscritos por representante não



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

8.5. – Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

09 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 9.1. – Inexistindo manifestação recursal, a Comissão de Licitação adjudicará o objeto do processo administrativo à(s) proponente(s) credenciada(s), com a posterior homologação de resultado pelo Sr. Prefeito Municipal.
- 9.2. – Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Sr. Prefeito Municipal adjudicará e homologará o procedimento licitatório em favor da(s) proponente(s) credenciada(s).
- 9.3. – O(s) proponentes(s) classificado(s) será(ão) convocado(s) oportunamente, fixando o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos para o atendimento à mencionada convocação e assinatura do termo contratual.

10 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1. – Os serviços deverão ser prestados em locais a serem designados pelas Secretarias Municipais.
- 10.2. - Os credenciados que forem habilitados deverão estar de prontidão imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 10.3. - Os credenciados que forem habilitados prestarão seus serviços de maneira excepcional, não gerando qualquer tipo de vínculo com a Administração Pública Municipal;
- 10.4. - Os credenciados que forem habilitados farão parte do cadastro de profissionais para prestação de serviços de natureza essencial e emergencial, que poderão ser convocados durante o período de validade deste Credenciamento, de acordo com a ordem de classificação, necessidade de atendimento considerando inclusive a disponibilidade de horário e de local de trabalho do Credenciado;
- 10.5. - A inscrição no Credenciamento não garante a convocação do interessado para a prestação dos serviços do presente certame, podendo ser convocado de acordo com a necessidade da Administração Pública;
- 10.6. - Todos os interessados que preencherem os requisitos terão suas propostas de Credenciamento acatadas e posteriormente será redigido o Termo de Credenciamento, de acordo com a minuta, parte integrante do Edital, o qual será submetido ao credenciado para assinatura;

11 – DO SUPORTE LEGAL

- 11.1. – O presente Chamamento Público para Credenciamento de prestação dos serviços de que este instrumento convocatório trata dar-se-á de forma direta, por Inexigibilidade de Licitação, com arrimo nos dispostos da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, especificamente nos artigos e seus incisos:



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



Lei 14.133/2021, Art. 6º

XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;"

Lei 14.133/2021, Art. 79

O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

12 - CONDIÇÕES PARA FATURAMENTO / PAGAMENTO

- 12.1. - O pagamento será efetuado, em parcela única, até o 15º dia subsequente ao mês da realização dos serviços, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Secretaria Municipal, com a quantidade e valores monetários referentes à execução;
- 12.2. - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência e aprovação pela Secretaria Municipal. A Nota Fiscal que apresentar incorreção será devolvida à ADJUDICATÁRIA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo ADJUDICANTE.

13 - DAS SANÇÕES

- 13.1. - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art.155, da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 13.1.1. - Dar causa à inexecução parcial do contrato; -
- 13.1.2. - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3. - Dar causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4. - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.5. - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.6. - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



- 13.1.7. - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.1.8. - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 13.1.9. - Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.10. - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.11. - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto a condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa;
- 13.1.12. - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- 13.1.13. - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 13.2.1. - Advertência pela falta do subitem 12.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 13.2.2. - Multa de 20 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1. a 13.1.3.;
 - 13.2.3. - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.3 a 13.8, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 13.2.4. - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Prefeitura Municipal, da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8. a 13.1.13, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 13.3. - Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 13.3.1. - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 13.3.2. - as peculiaridades do caso concreto;
 - 13.3.3. - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 13.3.4. - os danos que dela provierem para a Prefeitura Municipal;
 - 13.3.5. - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



normas e orientações dos órgãos de controle.

- 13.4. - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 13.5. - O recolhimento das multas referidas deverá ser feito, através de guia própria, ao MUNICÍPIO DE ALTEROSA, Estado de Minas Gerais, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data em que for aplicada a multa.
- 13.6. - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7. - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.8. - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.9. - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.10. - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.11. - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. - Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei Federal nº 14.133, independentes de menção expressa neste documento. Fica reservado ao MUNICÍPIO DE ALTEROSA o direito de promover diligências conforme disposto no art. 159 da Lei nº 14.133/21, cujas condições serão fixadas no próprio termo.
- 14.2. - As decisões da Comissão de Licitação do MUNICÍPIO DE ALTEROSA, Estado de Minas Gerais, serão publicadas no Site da Prefeitura Municipal de Alterosa, podendo ser aplicado o disposto no art. 8 da Lei nº 14.133/21 e art. 94 da Lei Orgânica do Município.
- 14.3. - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



- 14.4. - As proponentes interessadas terão direito a vista ao processo tanto das Propostas Comerciais quanto dos Documentos de Habilitação apresentados.
- 14.5. - É vedado a proponente retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão.
- 14.6. - O presente credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, em todo ou em parte, por ilegalidade reconhecida de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 14.7. - A Comissão de Licitação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura do credenciamento, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo para esse fim específico.
- 14.8. - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição, a Comissão devolverá as proponentes, julgadas desclassificadas, os envelopes “DOCUMENTAÇÃO” inviolados, no encerramento do credenciamento.
- 14.9. - Impugnações aos termos deste edital poderão ser interpostas por cidadão, até o 5º dia útil, e por proponente, até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico compras@alterosa.mg.gov.br, ou protocolizada na Prefeitura Municipal, dirigida a Comissão de Licitação, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pelo setor técnico competente.
- 14.9.1. - A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pelo proponente, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF.
- 14.10. - As solicitações de esclarecimentos deverão ser encaminhadas por escrito até 48 (quarenta e oito) horas antes da abertura dos envelopes a Comissão de Licitação, na Sede do Setor de Compras e Licitações, no horário de 07h00min às 11h00min e 12h30min às 16h00min. Outras informações relativas à presente licitação poderão ser obtidas através do telefone (35) 3294-2545, pelo e-mail compras@alterosa.mg.gov.br ou pelo site www.alterosa.mg.gov.br.
- 14.11. - Fica eleito o foro da Comarca de Areado, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Alterosa - MG, 15 de julho de 2025.

Marcelo Nunes de Souza
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO I

MODELO - CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 94/2025

CREDENCIAMENTO Nº 09/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS QUE EXECUTAM ALVENARIAS EM TIJOLOS, BLOCOS OU PEDRAS, ALÉM DE UNIDADES HABITACIONAIS.

Nome _____, inscrito no CPF sob o nº _____, cédula de identidade nº _____ expedida pela _____, residente e domiciliado à Rua _____ nº _____, Bairro _____, Cidade _____, a quem confere amplos poderes para junto ao Município de Alterosa/MG praticar os atos necessários com relação ao credenciamento de _____ na modalidade de inexigibilidade nº _____ (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar propostas, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e, em especial, para a chamada pública número ____/2025.

Local, data

Nome do responsável



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO II

MODELO - DECLARAÇÃO REGULARIDADE COM O EXIGIDO NO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 94/2025

CREDENCIAMENTO Nº 09/2025

**OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS QUE EXECUTAM ALVENARIAS
EM TIJOLOS, BLOCOS OU PEDRAS, ALÉM DE UNIDADES HABITACIONAIS.**

À
Prefeitura
Municipal de
Alterosa -
MG

DECLARAÇÃO

Nome _____, inscrito no CPF
sob o nº _____, cédula de identidade nº
_____ expedida pela _____, declara sob as penalidades cabíveis,
que não utiliza em atividades laborativas, noturnas, perigosas ou insalubres menores de
18 (dezoito) anos, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos salvo na
condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Declara, portanto, estar regular com o exigido no art. 7º, inciso XXXIII da
Constituição Federal.

Por ser verdade, firma a presente declaração.

Local: _____, _____ de _____ de _____

Nome do responsável



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO III

MODELO - DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO DO NEPOTISMO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 94/2025

CREDENCIAMENTO Nº 09/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS QUE EXECUTAM ALVENARIAS EM TIJOLOS, BLOCOS OU PEDRAS, ALÉM DE UNIDADES HABITACIONAIS.

À
Prefeitura Municipal de Alterosa
Alterosa - MG

(Empresa) _____, CNPJ nº _____ sediada à Rua _____,
nº _____, Bairro _____, na cidade de _____/_____, declara para os devidos fins que:

- a) tem conhecimento de que o Município de Alterosa – MG adota o princípio Constitucional da legalidade, com observância ao artigo 37 da Constituição Federal e, analogicamente, ao Decreto Federal n.º 7.203, de 4 de Junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração pública federal;
- b) em cumprimento ao Decreto 7.203 de 04 de junho de 2010, não contrata e não contratará, durante toda a vigência do contrato, familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança e que preste serviço nesta entidade;
- c) considera “familiar” o cônjuge, o companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

Nome do responsável



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO IV

MODELO - DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 94/2025

CREDENCIAMENT Nº 09/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS QUE EXECUTAM ALVENARIAS EM TIJOLOS, BLOCOS OU PEDRAS, ALÉM DE UNIDADES HABITACIONAIS.

À Prefeitura Municipal de Alterosa/MG

DECLARAÇÃO

A Pessoa Física _____, inscrito no CPF sob o nº _____, cédula de identidade nº _____ expedida pela _____ declara:

Que não existem fatos impeditivos para a participação na presente INEXIGIBILIDADE ____/2025; Que não se acha suspensa ou declarada inidônea para propor ou contratar com a Administração Pública, nos termos dos incisos e Artigos da Lei 14.133/2021; e que nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para a INEXIGIBILIDADE nº ____/2025, cujo objeto é o _____, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I.

Por ser verdade, firma a presente declaração.

Local: _____, ____ de _____ de _____

Nome do responsável



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2025

Contrato de _____, que entre si fazem, de um lado, como **CONTRATANTE**, o **MUNICÍPIO DE ALTEROSA**, e de outro, como **CONTRATADA**, _____, de conformidade com as cláusulas estabelecidas abaixo:

CLÁUSULA I - DAS PARTES E FUNDAMENTOS

1.1. - DO CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE ALTEROSA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.243.238/0001-03, com sede nesta cidade à Praça Getúlio Vargas, 310, Centro, CEP: 37.145-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Marcelo Nunes de Souza, brasileiro, divorciado, dentista, residente e domiciliado nesta cidade à Praça Getúlio Vargas, nº 360, portador da Carteira de Identidade nº M-3.837.788 SSPMG e inscrito no CPF sob o nº 726.362.036-72.

1.2. - DA CONTRATADA

_____, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº _____, cédula de identidade nº _____ expedida pela _____, residente e domiciliado à rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____.

1.3. - DOS FUNDAMENTOS

A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº ____/2025, Inexigibilidade ____/2025, Credenciamento de número ____/2025, conforme a Lei Federal nº 14133/21. Onde este contrato for omissivo, prevalecerá o disposto na Lei 14133/21.

CLAUSULA II - DO OBJETO

2.1. - DO OBJETO

- 2.1.1. - O presente instrumento tem como objetivo o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS QUE EXECUTAM ALVENARIAS EM TIJOLOS, BLOCOS OU PEDRAS, ALÉM DE UNIDADES HABITACIONAIS.**

CLÁUSULA III - DO PRAZO, DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1. - DO PRAZO

- 3.1.1. - O presente contrato terá vigência da sua assinatura até 31/12/2025.



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



3.2. - DO VALOR

3.2.1- Pelo fornecimento do objeto do presente contrato o Município pagará o valor de R\$ _____.

3.3. - DO PAGAMENTO

3.3.1. - Município de Alterosa procederá ao pagamento dos serviços no preço ofertado, em moeda corrente nacional, até o 15º dia do mês subsequente após os serviços realizados.

3.3.2. - As notas fiscais deverão ser apresentadas até o 2º dia útil de cada mês, com o fechamento do mês anterior, contendo a descrição, quantidades e os valores dos serviços realizados.

3.3.3. - A contratada deverá possuir conta corrente em nome da pessoa física para fins de depósito dos valores devidos.

CLÁUSULA IV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. - As Dotações Orçamentárias destinadas ao pagamento dos objetos licitados são as previstas na Lei Orçamentária Anual de 2025:

02.008 - EXECUTIVO / SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO E HABITAÇÃO
1018 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
16.482 - Habitação / Habitação Urbana
2.081 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE HABITAÇÃO
514 - 3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços a serem realizados, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.2. - Fiscalizar e supervisionar a realização dos serviços a serem realizados, sem prejuízo das prerrogativas do Município, garantindo a eficácia.

5.3. - Indenizar terceiros e/ou ao Município de Alterosa, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Credenciada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

5.4. - Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste Instrumento;

5.5. - Zelar e garantir a boa qualidade na realização dos Serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



- 5.6. - Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a PREFEITURA, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir decorrentes da realização dos Serviços;
- 5.7. - O Profissional credenciado deverá comparecer ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço, quando confirmada a presença, não podendo dele se ausentar até a chegada de seu substituto, atuando de forma ética e digna;
- 5.8. - O Profissional credenciado deverá cumprir com pontualidade seus horários;
- 5.9. - Tratar com respeito e cordialidade os outros membros da equipe.
- 5.10. - Utilizar com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos servidores.
- 5.11. - Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas.
- 5.12. - Participar das reuniões convocadas pela coordenação/direção do serviço.
- 5.13. - Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegrir, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos;
- 5.14. - Acatar as deliberações da direção técnica e administrativa do local;
- 5.15. - Cumprir com todas as atribuições e obrigações descritas neste instrumento e previstas nas legislações pertinentes ao exercício das atividades da profissão.

CLÁUSULA VI DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. - Emitir a nota de empenho;
- 6.2. - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Credenciada;
- 6.3. - Exercer a fiscalização no ato da realização dos Serviços, na forma prevista na Lei nº 14133/21, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias, regulando, acompanhando, avaliando, controlando e auditando a execução realizada in loco e/ou através de relatórios/documentos, de acordo com a legislação federal, estadual e municipal;
- 6.4. - Proporcionar todas as facilidades para que a CREDENCIADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no Contrato;
- 6.5. - Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste Termo.

CLÁUSULA VII - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

- 7.1. - Caberá aos Responsáveis pelo Almoxarifado da Secretaria Municipal, Estado de Minas Gerais observado o artigo 170 da Lei Federal número 14.133/21, juntamente com o Secretário responsável, o acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 7.2. - A contratada nomeia o(a) Sr.(a) _____ (qualificação) para



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



fiscalização e acompanhamento do contrato.

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

- 8.1. - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art.155, da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 8.1.1. - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 8.1.2. - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 8.1.3. - Dar causa à inexecução total do contrato;
 - 8.1.4. - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 8.1.5. - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 8.1.6. - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 8.1.7. - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 8.1.8. - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 8.1.9. - Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 8.1.10. - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.11. - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto a condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa;
 - 8.1.12. - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
 - 8.1.13. - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 8.2.1. - Advertência pela falta do subitem 8.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 8.2.2. - Multa de 20 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.2 a 8.14;
 - 8.2.3. - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.3 a 8.8, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



- 8.2.4. - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Prefeitura Municipal, da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.9 a 8.14, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.3. - Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.3.1. - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.3.2. - as peculiaridades do caso concreto;
 - 8.3.3. - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.3.4. - os danos que dela provierem para a Prefeitura Municipal;
 - 8.3.5. - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.5. - O recolhimento das multas referidas deverá ser feito, através de guia própria, ao MUNICÍPIO DE ALTEROSA, Estado de Minas Gerais, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data em que for aplicada a multa.
- 8.6. - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.7. - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 8.8. - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.9. - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 8.10. - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.11. - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



CLÁUSULA IX - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1. - A extinção do presente contrato poderá ser determinada conforme artigo 137 a 139 da Lei 14.133/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA X - DA INDENIZAÇÃO

10.1 - Ocorrendo a rescisão, à contratada caberá receber o valor dos serviços realizados até a data da rescisão, desde que observado o item 10.2 da cláusula X do presente Contrato.

CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Areado, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Alterosa - MG, ____ de _____ de 2025.

MARCELO NUNES DE SOUZA
Prefeito Municipal de Alterosa

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome	Assinatura	CPF
_____	_____	_____
_____	_____	_____



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO VII

TERMO DE REFERÊNCIA CREDENCIAMENTO DE PEDREIROS

1. DO OBJETO

Credenciamento de Pessoas Jurídicas que executam alvenarias em tijolo, blocos ou pedra, além de executar rebocos, revestimentos e outros trabalhos de construção, visando à Construção de Unidades Habitacionais.

2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se face ao interesse público de proceder à construção de Unidades Habitacionais que ofereçam proteção direta e inclusão às pessoas menos favorecidas, assegurando a todos, condições de moradia adequada.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Pessoa Jurídica que execute os Serviços constantes neste Termo de Referência. O interessado deverá apresentar um Atestado de Capacidade Técnica expedido por Pessoa Jurídica.

4. ESCOPO DOS SERVIÇOS/QUANTITATIVO

4.1. TABELA DESCRITIVA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Construção de Unidade Habitacional - 42 m ²	Unidade	08
02	Construção de Unidade Habitacional - 48 m ²	Unidade	02
03	Construção de Unidade Habitacional - 38 m ²	Unidade	02

5. DOS VALORES

Os valores foram pesquisados no mercado, estando os mesmos comprovados, pelos orçamentos anexos, sendo o valor total, referente aos 03 itens: R\$ 319.193,32 (trezentos e dezenove mil, cento e noventa e três reais e trinta e dois centavos).

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar do certame as pessoas jurídicas legalmente constituídas, com capacidade de executar os serviços, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público e Pessoas Jurídicas, na condição de MEI – Microempreendedores Individuais que tenham atividades de pedreiro;
- 6.2. Em se tratando de empresas MEI, terão tratamento jurídico diferenciado, conforme previsão na lei complementar número 123, de 14 de dezembro de 2006 e da lei 128/2008



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



- 6.3. Os interessados deverão aceitar os valores de referência adotados pelo Município para remuneração dos serviços contratados, conforme descrito neste Termo de Referência;

7. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 7.1. Os interessados em participar da chamada pública para Credenciamento deverão entregar diretamente à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Alterosa – MG, localizada na Rua Dom Pedro II, número 54, Centro, no dia e horário indicados no Edital, envelopes devidamente identificados e endereçados, contendo todos os documentos comprobatórios especificados neste Termo de Referência;
- 7.2. O período para a entrega dos envelopes contendo toda a documentação será indicado no Edital.

8. FASE DE HABILITAÇÃO

Os interessados deverão entregar diretamente no Setor de Compras e Licitações, localizado na Rua Dom Pedro II, número 54, Centro, Alterosa – MG, no horário e data estipulados no edital, envelope identificado e endereçado, tendo como base para avaliação a regularidade da documentação relacionada neste item, contido em Envelope:

Documentos de Habilitação Pessoa Jurídica:

- a) Cópia da Cédula de Identidade – RG;
- b) Cópia de Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- c) Comprovante de Residência;
- d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- f) Certidão Negativa de Tributos Municipais ou declaração de sua isenção;
- g) Comprovante ou Declaração que dá cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal, onde proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- h) Carta de Credenciamento;
- i) Modelo de Declaração de Nepotismo no âmbito da Administração Pública;
- j) Apresentar um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, expedida por pessoas jurídicas ou físicas, o qual comprove que o licitante prestou ou está prestando, de forma satisfatória, serviço compatível com o objeto deste Credenciamento, equivalentes em quantidades e características iguais ou superiores.

MEI

- a) Prova de inscrição no CNPJ;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;
- e) Certidão negativa perante a Justiça do Trabalho;
- f) Declaração de enquadramento como MEI;
- g) Certidão de Regularidade do FGTS;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- i) CCMEI (Certificado da Condição de Microempreendedor Individual)

- OS CREDENCIADOS QUE NÃO ATENDEREM AOS REQUISITOS EXIGIDOS SERÃO



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



CONSIDERADOS INABILITADOS.

- OS DOCUMENTOS RELACIONADOS NESTE ITEM (8) PODERÃO SER APRESENTADOS EM CÓPIA SIMPLES, SEM A NECESSIDADE DE AUTENTICAÇÃO EM CARTÓRIO, COMPROMETENDO-SE O REQUERENTE, NO ENTANTO, POR QUALQUER INFORMAÇÃO ERRÔNEA OU FALSA, TANTO CIVIL COMO CRIMINALMENTE.

9. ANÁLISE E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- a) A comissão de Licitação analisará e avaliará a documentação dos interessados para fins de credenciamento, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do dia do recebimento da documentação e publicará no Diário Oficial dos Municípios a convocação dos considerados habilitados para fins de celebração do termo de contrato, bem como a relação dos inabilitados;
- b) Os interessados considerados não habilitados, por não atenderem os requisitos exigidos no Edital de Convocação, intimados de tal decisão mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios, poderão interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação respectiva;
- c) Admitir-se-á a correção de falhas relativas aos documentos de habilitação, desde que, a critério da Comissão de Licitação, tal saneamento possa ser concretizado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de inabilitação e aplicação das sanções cabíveis;
- d) Serão considerados credenciados todos os requerentes que atenderem às condições fixadas em Edital;
- e) O resultado do credenciamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios e no site oficial do Município de Alterosa/MG.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. A Pessoa que for considerada inabilitada ou não credenciada terá o prazo para interpor recursos nos termos do disposto no art. 164 da Lei 14.133/21. A requerente deverá apontar e argumentar, de forma clara e objetiva, as razões que a levam ao pedido.

11. DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. O Setor de Compras e Licitações poderá celebrar contrato de prestação de serviço com as Pessoas consideradas credenciadas após comprovação das aptidões necessárias discriminadas neste Termo de Referência, as quais farão parte de um "Banco de Prestadores" ao qual a gestora municipal de Assistência Social recorrerá conforme a demanda.

12. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. DA CREDENCIADA

- 12.1.1. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos Serviços a serem realizados;
- 12.1.2. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste Instrumento e no Contrato;
- 12.1.3. Zelar e garantir a boa qualidade na realização dos Serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;



MUNICÍPIO DE ALTEROSA

ESTADO DE MINAS GERAIS



- 12.1.4. Zelar pelos materiais ofertados pela Administração Pública Municipal;
- 12.1.5. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a PREFEITURA, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir decorrentes da realização dos Serviços;
- 12.1.6. O credenciado deverá comparecer ao seu local de trabalho, atuando de forma ética e digna;
- 12.1.7. O credenciado deverá cumprir com pontualidade seus horários de chegada aos locais designados para a execução das obras;
- 12.1.8. Acatar as deliberações da direção técnica e administrativa do local;
- 12.1.9. Cumprir com todas as atribuições e obrigações descritas neste instrumento e previstas nas legislações pertinentes ao exercício das atividades da profissão.

12.2. DA CREDENCIANTE

- 12.2.1. Emitir a nota de empenho;
- 12.2.2. Emitir autorização para início dos trabalhos;
- 12.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 12.2.4. Exercer a fiscalização no ato da realização dos Serviços, na forma prevista na Lei nº 14133/21, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias, regulando, acompanhando, avaliando, controlando e auditando a execução realizada in loco e/ou através de relatórios/documentos, de acordo com a legislação federal, estadual e municipal;
- 12.2.5. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no Contrato;
- 12.2.6. Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste Termo.

13. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS SERVIÇOS

Serviços de levante de alvenaria (pedra, tijolos, blocos etc.) com assentamento de vergas e contravergas, colocação de portas e janelas, reboco, emboço, contrapiso, colocação de telhado, execução de serviços em estruturas de concreto, tais como: pilares, vigas, lajes, fundações, dentre outros.

14. MATERIAIS

Os materiais serão fornecidos pela Administração Pública Municipal, para a execução das atividades do serviço, exceto: betoneira, colher de pedreiro, desempenadeiras, trena, régua, esquadro, prumo de parede, carrinho de mão, sendo que estes materiais deverão ser providenciados pelo próprio credenciado a medida de sua necessidade. Quanto ao restante do material necessário ao serviço, disponibilizado pela Administração, o credenciado se responsabilizará pelo correto uso e a aplicação adequada. O Servente de Pedreiro ficará por conta do Credenciado.

15. TERMO DE CREDENCIAMENTO

- 15.1. Todos os interessados que preencherem os requisitos terão suas propostas de Credenciamento acatadas e posteriormente será redigido o Termo de



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



Credenciamento, parte integrante do Edital, o qual será submetido ao credenciado para assinatura;

- 15.2. A inscrição no Credenciamento não garante a convocação do interessado para a prestação dos serviços do presente certame, podendo ser convocado de acordo com a necessidade da Administração Pública;
- 15.3. Os credenciados que forem habilitados farão parte do cadastro de profissionais para prestação de serviços de natureza essencial e emergencial, que poderão ser convocados durante o período de validade deste Credenciamento, de acordo com a necessidade;
- 15.4. Os Credenciados que forem habilitados prestarão seus serviços de maneira excepcional, não gerando qualquer tipo de vínculo com a Administração Pública Municipal;
- 15.5. Os Credenciados que forem habilitados deverão estar de prontidão imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

16. LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços a serem prestados serão fixados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital, correndo por conta da pessoa contratada as despesas com transporte, alimentação, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato. O prazo para o término de cada Unidade Habitacional será estipulado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de acordo com a demanda e necessidade dos Municípios a serem contemplados.

17. CRITÉRIO DE ESCOLHA DOS CREDENCIADOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 17.1. Todos os requerentes credenciados terão direito a prestar serviços ao Município de Alterosa/MG por período pré-determinado em termo de contrato;
- 17.2. A Administração Pública Municipal identificará a quantidade de horas necessárias à realização de determinado serviço, bem como a quantidade necessária de Pedreiros, convocando os credenciados a assinarem o termo de contrato;
- 17.3. A Administração Pública Municipal elencará os serviços prioritários e convocará os credenciados na quantidade necessária, mediante ordem cronológica de credenciamento;
- 17.4. É vedado ao credenciado escolher a obra ou serviço que deseja realizar, bem como a quantidade de horas que pretende desenvolver, cabendo exclusivamente à Administração Pública Municipal esta determinação;
- 17.5. Na hipótese de acudirem menos interessados que a demanda da Administração, cada credenciado contratado, assim que concluir e entregar a obra ou serviço que lhe fora incumbido será convidado a formar novo contrato, responsabilizando-se por nova demanda;
- 17.6. Na hipótese do número de credenciados ser maior que a necessidade do Município, obedecer-se-á à ordem cronológica de credenciamento, em apreço aos princípios da impessoalidade e da igualdade.

18. CONTRATAÇÃO

- 18.1. A contratação decorrente do credenciamento será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este edital, devendo o



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



interessado no credenciamento comparecer no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação, à Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Alterosa, para assinar o referido documento;

- 18.2.** A celebração dos contratos não confere aos credenciados qualquer tipo de exclusividade na prestação dos serviços, podendo a Administração Municipal ampliar o perímetro estabelecido e promover novos chamamentos públicos durante a vigência dos ajustes celebrados;
- 18.3.** Caso o serviço seja concluído em quantidade de horas menor que a estimada, o pagamento do Contratado se dará sempre sobre o valor da Unidade Habitacional que foi concluída;

19. MODALIDADE

CREDENCIAMENTO

Embasamento: Utiliza-se a instrumento do **Credenciamento** para as contratações por inexigibilidade, disposto no artigo 6º, XLIII, da Lei 14.133/21:

“XLIII – credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados”.

Pelo credenciamento se operacionaliza contratação por inexigibilidade nos seguintes casos:

- a) Necessidade de contratação simultânea, paralela e não excludente, de mais de um dos agentes do mercado;
- b) Casos em que o contratante é o Poder Público, mas o usuário do serviço é um terceiro, a quem cabe a seleção do prestador;
- c) Situações de mercados fluídos, nos quais a variação dos preços praticados é freqüente a ponto de inviabilizar a realização de licitação (art. 78).

20. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A Secretaria Municipal de Assistência Social tem a responsabilidade para autorizar, conferir e fiscalizar a perfeita execução do Contrato nos termos acertados, as quais deverão encaminhar, à responsável pela gestão do Contrato, todas as ocorrências apresentadas.

21. VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência de 01 (um) ano.

22. REAJUSTE

A proposta de preço é fixa e irredutível na vigência do Edital referente a este Termo de Referência, bem como pelo prazo fixado em Contrato.

23. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RESPECTIVO ELEMENTO DE DESPESA

Projeto Atividade: 2.081 – Manutenção das Atividades do Setor de Habitação
3.3.90.32.00.00.00 1500: Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita – Ficha Número 514



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



24. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 24.1.** O pagamento será efetuado, em parcela única, até o 15º dia útil subsequente ao da realização dos Serviços após a apresentação (pela Executora dos Serviços) da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com a quantidade e valores monetários referentes à execução, mediante comprovação de regularidade com a Seguridade Social, (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT).
- 24.2.** O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência e aprovação pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 24.3.** A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos Serviços realizados e estar devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por intermédio de servidor designado. O pagamento se fará mediante a apresentação dos documentos de regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social/INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/FGTS, sem as quais o pagamento ficará retido. Na hipótese de irregularidade, o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data de sua regularização.

25. SANÇÕES CONTRATUAIS

- 25.1.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, ficando a mesma, garantida defesa prévia, sujeita às seguintes penalidades:
- 25.1.1.** Advertência.
- 25.1.2.** Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:
- I – 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor dos Serviços não realizados no prazo.
 - II – 20% (vinte por cento) sobre o valor dos Serviços, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento do Contrato.
 - III – 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da Contratada, injustificadamente, desistir do mesmo ou ficar proibida pela fiscalização competente de realizar os Serviços por dolo ou culpa.
- 25.1.3.** Suspensão temporária de participação em licitação com o Município de Alterosa pelo prazo de 2 (dois) anos.
- 25.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na DO ART. 163 da Lei 14133/21, além do encaminhamento ao Ministério Público para aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo Município.

O recolhimento das multas referidas anteriormente realizar-se-á através de guia própria, em favor do MUNICÍPIO DE ALTEROSA, Estado de Minas Gerais, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data em que for aplicada a multa.



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



26. ORÇAMENTO DETALHADO

ITEM	ÁREA	QUANT.	A (R\$) - UNIT	B (R\$) - UNIT	C (R\$) - UNIT	MÉDIA (R\$)	TOTAL (R\$)
01	42 M²	08	27.300,00	26.670,00	25.200,00	26.390,00	211.120,00
02	48 M²	02	31.200,00	30.480,00	28.800,00	30.160,00	60.320,00
03	38 M²	02	24.700,00	24.130,00	22.800,00	23.876,66	47.753,32
TOTAL GERAL = R\$ 319.193,32 (trezentos e dezenove mil, cento e noventa e três reais e trinta e dois centavos)							

27. COTAÇÃO

PESSOA JURÍDICA		CNPJ
A	EDILSON PEDREIRO	38.191.893/0001-72
B	55.516.442 JOSÉ ADAUTO	55.516.442/0001-87
C	54.386.080 MÁRCIO RODRIGUES DE ASSIS	54.386.080/0001-94

Alterosa/MG, 23 de Junho de 2025.

Cristian Mara Aparecida Vieira
Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação